



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO

Processo nº: **1000172-80.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR**
 Requerente: **Danilo Kroll Mantelo, CPF 387.288.058-60 - Advogado (a) Dr(a). Mariana Veiga Sepulchro**
 Requerido: **Americanas.com S.a. - Comércio Eletrônico, CNPJ 02.866.535/0001-75 - Preposta Srª Aneliza De Chico Machado**

Aos 30 de maio de 2017, às 16:00h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do **MM. 1º Juiz de Direito Auxiliar Dr. DANIEL FELIPE SCHERER BORBOREMA**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de instrução e julgamento, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes acima identificadas. Presentes também as testemunhas do autor, Sr^{as} Lais e Rosélia, ambas ouvidas como informantes. O autor acompanhado de sua advogada e a ré apenas na pessoa da preposta. Renovada a proposta de conciliação esta foi rejeitada pelas partes. Na sequência passou o MM. Juiz a tomar os depoimentos das testemunhas presentes, em termos em separado. Terminados os depoimentos e não havendo mais provas a serem produzidas, pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença: *“VISTOS. Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9099/95. Decido.1- Incontroverso que a ré não aceitou a utilização do vale-presente oriundo dos aportes feitos pelos convidados através da lista de casamento disponibilizada em seu website, pelo preço à vista informado no referido domínio. Somente aceitaria a utilização do vale-presente pelo preço sem o desconto pelo pagamento à vista. A conduta da ré é abusiva. Em primeiro lugar, porque como bem demonstrado pelo autor nos presentes autos, não há qualquer cláusula ou regra, relativa à lista de casamento, mencionando esse fato. Em segundo lugar porque não há lógica no tratamento desigual em questão, já que, no caso da lista de casamento, o pagamento já foi até realizado, anteriormente, pelos convidados, através da lista. De qualquer maneira, fato é que não há fundamento contratual ou legal para se recusar a utilização do vale-presente pelo preço à vista indicado no site. 2- Em razão da abusividade acima reconhecida, é de rigor o acolhimento do pedido indenizatório por danos materiais, correspondentes ao desconto negado, tal como postulado na inicial. 3- O caso concreto mostra, ainda, a existência de dano moral, suscetível de indenização, ainda que o valor desta tenha de ser bem inferior ao pretendido. Há dano moral porque a ré agiu com má-fé perante o autor, por intermédio da sucessão de acontecimentos que foram se desenvolvendo no tempo. Primeiramente, negou um desconto sem qualquer fundamento. Depois, provocada a tanto, ofereceu ao autor um vale-desconto no valor do prejuízo que o autor estava suportando. Todavia, na sequência, não cumpriu o prometido, deixando de efetivamente colocar o vale-desconto à disposição do autor. E, para piorar, em juízo, na contestação, retrocedeu completamente em seu discurso, chegando a negar até mesmo o direito do autor ao desconto que ela própria havia oferecido! Embora a questão seja, em princípio, de direito meramente patrimonial, fato é que a forma com que o autor foi atendido foi de tal modo desrespeitosa que, segundo regras de experiência, trouxe-lhe mais que mero aborrecimento ou dissabor, ingressando na seara do efetivo dano à personalidade. Há a necessidade de lenitivo de ordem pecuniária. A indenização, porém, não deve ser nem de longe no patamar objetivado. Noto, a propósito, que nosso sistema não admite a figura das punitive damages, que fazem parte do sistema da common law mas estão legislativamente afastadas no nosso ordenamento jurídico, ante a regra legal do art. 944 do CC segundo a qual "a indenização mede-se pela extensão do dano". Assim, não há no direito civil*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CIVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

*brasileiro punição, no âmbito da responsabilidade civil. A indenização por danos morais, portanto, tem finalidade principalmente compensatória. A chamada função punitiva é meramente reflexa, ante a previsão legal acima referida e mesmo a proibição ao enriquecimento sem causa. Tendo tudo isso em conta, reputo que, no caso particular dos autos, o valor correspondente a 4 vezes o prejuízo material mostra-se suficiente para atender aos propósitos admitidos para a indenização por danos morais. 4- Ante o exposto, julgo parcialmente procedente a presente ação, para condenar o(a) requerido(a) à pagar ao(à) autor(a) (a) **R\$ 219,90**, com atualização monetária pela Tabela do TJSP a partir da oferta do vale-desconto (fls. 14, 26-11-16) e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação (b) **R\$ 879,60**, com atualização monetária pela Tabela do TJSP a partir da presente data e juros moratórios de 1% ao mês desde a citação. Deixo de condenar a ré em custas e honorários de advogado, ante o que dispõe o art. 55 da Lei 9099/95. Publicada em audiência, dou por intimadas as partes. Anoto, por fim, que a condição econômica do autor, comprovada nos autos, revela o seu direito à AJG, que fica aqui concedida, desacolhido o requerimento em sentido contrário, apresentado pela ré em contestação. REGISTRE-SE". Saem intimados os presentes e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pela(s) parte(s), não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado em cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos NADA MAIS. E, para constar, lavrei o presente termo que vai devidamente assinado. Eu, Evandro Genaro Fusco, Escrevente Técnico Judiciário, digitei.*

Requerente:

Adv. Requerente: Mariana Veiga Sepulchro

Requerido - preposta:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO A MARGEM DIREITA